Presidência da República
Secretaria-Geral
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -

5ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2023 DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

[Gestão 2023-2025]

Data: 26 e 27 de setembro de 2023
Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto – Brasília/DF

Abertura e boas-vindas à 5ª Reunião Plenária Ordinária de 2023. A Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do Consea, confirmou que o Plenário apresentava quórum mínimo para iniciar os trabalhos e aprovar propostas e deu continuidade à reunião apresentando a pauta prevista para os dois dias de trabalho. A Presidenta do Consea procedeu à leitura da **Pauta Proposta**: [26/09/2023] Abertura e boas-vindas; Fome(s) e racismo(s) nos Sistemas Alimentares: conceitos-chave, expressões e impactos no Direito Humano à Alimentação Adequada; Retrospectiva das reflexões e contribuições do Consea; Visibilidades e invisibilidades do(s) racismo(s) nos indicadores de InSAN; Racismo, (in)justiça alimentar e nutricídio nos cotidianos; Racismo ambiental e Soberania Alimentar; Conceitos-chave, expressões e implicações do(s) racismo(s) para os Direitos Humanos; Racismo(s) no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan): desafios e perspectivas para um Sisan antirracista; Igualdade racial como compromisso de Governo e Política de Estado; Perspectivas do Consea e da 6ª CNSAN para conformação de um SISAN antirracista; Racismo e antirracismo no orçamento 2024 e no PPA 2024-2027; Racismo e antirracismo no acesso à terra, território e territorialidade; Racismo, antirracismo e fome(s) nas periferias; Debate; [27/09/2023] Implementação e Monitoramento do Plano Brasil Sem Fome; e Devolutiva e encaminhamentos das CPs, Comissão de Presidentes de Conselhos Estaduais de SAN (CPCE) e GTs; Informes e encerramento. Os debates da Mesa ocorreram na mesma ordem, sob a coordenação da Presidenta do Consea, Sra. Elisabetta Recine. A Presidenta iniciou a Plenária que discutiu o combate ao racismo e à igualdade racial, tema central da discussão no Brasil. Foram realizados alguns anúncios nos últimos dias, como o pronunciamento do Presidente Lula, na Assembleia-Geral da ONU, onde foi anunciado o 18º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável Nacional, que trata da questão da igualdade racial. Foi destacado que outro fato marcante se trata da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação ao Marco Temporal, que, segundo a Sra. Elisabetta Recine, foi uma vitória absolutamente significativa, importantíssima e merecedora. A Presidenta do Consea abriu a Plenária fazendo uma homenagem à escritora Conceição Evaristo, que ganhou o prêmio Juca Pato e realizou a leitura do poema intitulado “Da Calma e Do Silêncio”, do livro: Poemas da Recordação e Outros Movimentos. A Sra. Rosângela Lula da Silva (Janja) agradeceu o convite e iniciou sua fala pontuando a importância da segurança alimentar e nutricional, reafirmando o compromisso do Presidente Lula com o Consea e realçando o Plano Brasil Sem Fome como um dos pilares deste mandato do Presidente Lula. A Primeira-Dama fez uma consideração sobre o papel do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) como o coração e a estrutura do Governo Lula. Mencionou sua experiência laboral na Itaipu Binacional, diretamente no Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, e informou sobre a parceria realizada pela Itaipu com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), anunciada no Piauí, durante o lançamento do Plano Brasil Sem Fome, para implantar, em todo o território nacional, o processo formativo de Segurança Alimentar e Nutricional com merendeiras e nutricionistas dos municípios. Em virtude de a alimentação escolar ter sido um dos pilares que tirou o Brasil do mapa da fome, a Primeira-Dama disse que acredita que será novamente o sustentáculo para que o Brasil saia novamente desse cenário. Destacou a importância dos municípios, e informou que o Governo tem pensado em estratégias para aproximar prefeitos para articular ações em prol da efetividade desses programas. Sobre a 6 ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (6ª CNSAN), a Primeira-

Dama confirmou a presença do Presidente Lula e finalizou dizendo que vem trabalhando de forma conjunta pela segurança alimentar e nutricional. A Sra. Elisabetta Recine agradeceu a presença da Primeira-Dama e destacou o trabalho que os presidentes e presidentas dos conselhos estaduais estavam fazendo para a Conferência Nacional, e também para a organização dos seus municípios, territórios, e regiões para as respectivas Conferências estaduais. Por fim, passou a palavra para a Secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome (SECF/MDS), Sra. Valéria Burity. A Secretária Extraordinária cumprimentou a todos os presentes, transmitindo o abraço do Ministro de Estado do MDS, Sr. Wellington Dias, impossibilitado de comparecer porque estava em compromisso no Rio de Janeiro. A Sra. Valéria Burity parabenizou o tema da Plenária, destacou a relação estrutural entre o racismo e a desigualdade, ressaltando que a fome é uma expressão dessa desigualdade. A Secretária pontuou que os domicílios chefiados por mulheres, especialmente mulheres negras, povos indígenas e comunidades tradicionais, são os mais afetados pela fome e pela insegurança alimentar grave. Enfatizou o papel crucial da Plenária em orientar o Governo para aprimorar políticas públicas, visando superar a situação de fome e garantir o direito à alimentação da população brasileira. A Secretária Valéria Burity expressou a esperança de que os resultados da Plenária alimentem a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e contribuam para a construção de um sistema de segurança alimentar antirracista. Destacou a importância das reuniões prévias para discutir ações governamentais de enfrentamento ao racismo e de garantia de segurança alimentar. Reafirmou o compromisso do Governo Federal em fornecer respostas articuladas às questões apresentadas pelo Consea. Agradeceu a todos e manifestou a continuidade do trabalho em conjunto. A Sra. Elisabetta Recine enfatizou a importância de a Caisan ser reconhecida como *locus* de articulação dessas ações, ressaltando o desafio de enfrentar a estrutura profundamente enraizada do racismo no Brasil. A Presidenta elogiou a rodada de informes na reunião da Caisan, reconhecendo a necessidade de articular essas ações para dar um passo decisivo, além de ter expressado a esperança de a Plenária contribuir para esse objetivo. A Sra. Elisabetta Recine agradeceu a presença da equipe da Secretaria Nacional da Juventude e mencionou a parceria entre as Conferências, destacando sua importância em termos de otimização de recursos públicos e agilização de processos burocráticos. Por fim, a Sra. Elisabetta Recine passou a palavra para o Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) e Secretário-Geral do Consea, Sr. Márcio Costa Macêdo, agradecendo sua presença constante nas plenárias e convidando-o a fazer seu pronunciamento. O Ministro Márcio Macêdo saudou a todas as companheiras e companheiros presentes no Consea Nacional, expressando seu abraço à querida companheira Elisabetta Recine pelo papel crucial na rearticulação do Consea em todo o Brasil. Destacou a importância da presença da Primeira-Dama como símbolo significativo. Elogiou a decisão do Consea de dedicar uma Plenária exclusiva para discutir a relação entre a fome e a questão racial. O Ministro Márcio Macêdo mencionou dados alarmantes sobre a população negra assolada pela fome no Brasil, enfatizando a seriedade do tema a ser abordado na reunião. Elogiou a iniciativa do Consea em trazer à tona esse debate, envolvendo a sociedade e o Governo no enfrentamento da fome, coincidindo com os esforços e compromissos do Presidente Lula na ONU. Destacou o papel de liderança internacional do Presidente Lula, mencionando a retomada da Agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o compromisso adicional de combate ao racismo. Elogiou a sintonia do Consea

com essas iniciativas e a importância de se fazer correções de rumo coletivamente. O Ministro Márcio Macedo anunciou a criação de um grupo de trabalho para a rearticulação do Consea e a mobilização conjunta com a juventude no combate à fome. Expressou otimismo em relação à realização das Conferências de forma consecutiva, fortalecendo o debate sobre a fome e alimentando o compromisso da juventude. O Ministro Márcio Macêdo concluiu desejando sucesso à missão de acabar com a fome no país e destacando a importância histórica da reunião do Consea. A Presidenta do Consea agradeceu a fala do ministro e iniciou a composição da Mesa que foi moderada pelo Conselheiro Edgard Moura, da Comissão Permanente 5 (CP 5 – Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra e Enfrentamento ao Racismo). **Ponto de Pauta: Fome(s) e racismo(s) nos Sistemas Alimentares: conceitos-chave, expressões e impactos no Direito Humano à Alimentação Adequada**. O Conselheiro Edgard Moura iniciou saudando a todos os presentes no evento do Consea Nacional, ressaltando a relevância da Plenária após uma abertura poderosa com a participação da Presidenta do Consea, da Primeira-Dama e do Ministro Márcio Macedo. Antes de prosseguir, destacou a importância simbólica da Plenária, lembrando e prestando homenagem a duas pessoas que faleceram recentemente, Mãe Bernadete e Martinha. O Conselheiro pediu um minuto de silêncio em memória dessas figuras importantes que contribuíram para o combate à fome. Em seguida, enfatizou a necessidade de aumentar a representatividade de pessoas negras no Primeiro e no Segundo Escalões do Governo Federal, considerando a diversidade. O Conselheiro elogiou a presença do Sr. Anderson Lopes Miranda, representando o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, em realce o Movimento da População em Situação de Rua, destacando a competência e o potencial das pessoas negras para assumirem papéis estratégicos. Mencionou a existência da Comissão de Combate ao Racismo, uma iniciativa inovadora e poderosa que buscará a transversalidade nos diversos segmentos do Consea e nos Conselhos estaduais e municipais. Por fim, o Conselheiro passou a palavra para a Sra. Ana Lúcia Pereira, Especialista em Nutrição e Políticas de SAN, da Rede PENSSAN, da CP 5, para abordar a retrospectiva e os próximos passos do Consea. A Conselheira Ana Lúcia Pereira iniciou cumprimentando a todos, especialmente a Presidenta Elisabetta Recine, destacando sua presença constante desde o início do Governo no GT do Direito Humano à Alimentação Adequada. A Sra. Ana Lúcia Pereira expressou seu orgulho por participar das falas, embora reconhecendo que a retrospectiva aborda dores vividas. A Conselheira ressaltou a importância de chegar até o momento atual, destacando a sensibilidade do Consea em relação à pauta racial; mencionou que, antes do Consea, somente o Conselho Nacional de Saúde tinha essa receptividade para tratar de questões relativas ao racismo, ao preconceito e à discriminação; e fez, ainda, uma retrospectiva desde 2003, quando o Consea foi retomado, focando na luta contra a fome. Destacou a atuação da Conselheira Maria Aparecida Bento, que, em um Consea predominantemente branco, inseriu a questão da população negra no combate à fome. A Conselheira realçou a primeira reunião da CP2 em 2004, ampliando a representação negra no Consea. A Sra. Ana Lúcia Pereira destacou o papel do Conselho na discussão teórica sobre segurança alimentar e nutricional, uma área em que o movimento negro carecia de debate. Houve menção a eventos, seminários e mobilizações que levaram à inclusão da temática racial nas políticas públicas. A Conselheira elogiou a sensibilidade de membros do governo, como do Sr. Francisco Menezes e do Sr. Leonor Pacheco, que contribuíram para pesquisas sobre comunidades quilombolas e religiões de matriz africana. A Sra. Ana Lúcia Pereira

mencionou a ampliação da representatividade para além dessas populações, como pescadores artesanais e quebradeiras de coco. Enfatizou a importância da CP5 na discussão sobre racismo institucional, terra e território, em 2017. A Conselheira ressaltou a necessidade de retomar a exposição de motivos desse período. Por fim, destacou o atual momento em que o Consea traz o racismo como determinante no processo de insegurança alimentar e nutricional no Brasil e celebrou a possibilidade de ter uma ministra negra no Supremo Tribunal Federal, bem como incentivou os jovens a continuarem o compromisso pela justiça social. A Sra. Ana Lúcia Pereira encerrou sua fala expressando a alegria do momento e agradecendo a todos. A Sra. Sandra Chaves, Coordenadora da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), expressou sua satisfação por participar do debate e representar a Rede PENSSAN. Compartilhou dados sobre insegurança alimentar no Brasil, destacando a análise aprofundada da questão racial e de gênero com base nos inquéritos realizados pela Rede. Ao abordar a visibilidade e a invisibilidade do racismo nos indicadores de insegurança alimentar, a Professora ressaltou a importância de alcançar a igualdade, conforme o 18º ODS. Apresentou dados que mostram a relação entre raça, cor e insegurança alimentar, destacando desigualdades estruturais em diferentes regiões do Brasil. Sua apresentação incluiu uma análise histórica da evolução dos índices de segurança alimentar no país, mostrando um declínio preocupante nos últimos anos. A Sra. Sandra Chaves também abordou a interseccionalidade, reconhecendo a articulação do racismo, patriarcalismo e opressão de classe como sistemas estruturais que geram desigualdades. A Professora enfatizou as disparidades significativas entre grupos raciais em termos de segurança alimentar, com dados que mostram diferenças notáveis entre mulheres brancas e negras, homens brancos e negros, especialmente em situações de insegurança alimentar grave. Destacou a influência da situação de trabalho e desemprego nessas disparidades. Para concluir, a Coordenadora Sandra Chaves apontou a necessidade de superar a discriminação histórica, chamando a atenção para a importância de uma agenda de pesquisa e convidando a participação na Conferência Nacional Livre sobre pesquisa em soberania e segurança alimentar. Considera essencial utilizar a insegurança alimentar como indicador para medir e corrigir as desigualdades acumuladas historicamente, incluindo o racismo e o sexismo estrutural na sociedade brasileira. A Sra. Rute Costa, Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), começou expressando sua gratidão pelo convite e destacou a complexidade do racismo e enfatizou que as iniquidades na segurança alimentar não são apenas consequências da pandemia, mas têm raízes históricas. Abordou o estudo "Prato do Dia e Desigualdade", analisando a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017 e 2018. A Sra. Rute Costa mencionou a importância de ler as narrativas da sociedade civil e examinar a participação social para entender como as questões de raça, sexo e classe são percebidas. Destacou que o debate sobre essas questões ainda não atingiu plenamente a comunidade científica. A Professora enfatizou o desafio de definir o perfil do público nas pesquisas científicas e a necessidade de uma abordagem crítica das interações entre diferentes formas de opressão. A Sra. Rute Costa destacou que as mulheres negras, responsáveis por alimentar o Brasil, enfrentam as piores condições, mas também são a fonte de soluções e conhecimentos para superar essas condições. Concluindo, a Professora Rute Costa ressaltou a importância de amplificar as vozes das mulheres negras, especialmente em seus espaços tradicionais, como roças, cozinhas e terreiros. Enfatizou que é nesses lugares que o conhecimento é produzido para adiar o

"fim do mundo" representado pela produção contínua de morte através da alimentação. A Sra. Rute Costa encerrou sua fala enfocando a necessidade de participação ativa das mulheres negras no processo de anúncio e denúncia para buscar soluções. A Sra. Fran Paula, Engenheira Agrônoma, pesquisadora e integrante da coordenação da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, iniciou a palestra expressando sua felicidade por participar do evento e destacou suas referências, a Sra. Rute Costa e a Sra. Kota Mulangi, mulheres que contribuíram para a discussão do racismo nos sistemas alimentares e na nutrição. Disse que se considera parte do grupo de jovens engajados, ressaltando a importância dos encontros e confluências, como destacado pelo Mestre Nego Bispo. Discutiu o racismo ambiental a partir de sua perspectiva como mulher negra quilombola envolvida no movimento agrícola, também como pesquisadora e educadora no Mato Grosso. Abordou a temática do racismo estrutural e trouxe o conceito de racismo ambiental, destacando a ligação com a organização econômica e política da sociedade. A Sra. Fran Paula defendeu a necessidade de revisitar o debate sobre racismo estrutural e destacou o papel do Ministro Silvio Almeida nessa discussão. Abordou três conceitos: racismo fundiário, racismo alimentar e racismo ambiental, e destacou a importância de entender essas dimensões para construir ações e políticas públicas. A Sra. Fran Paula mencionou o impacto dos grandes empreendimentos, como a Usina Belo Monte, no contexto do racismo ambiental. Enfatizou a interconexão entre a luta socioambiental e a luta antirracista, especialmente no contexto brasileiro. A Coordenadora alertou para a ameaça representada pelo Projeto de Lei do Veneno e pediu a convocação de uma audiência pública para discutir o assunto. Compartilhou dados preliminares do diagnóstico da agricultura quilombola realizado pela CONAQ e abordou desafios relacionados ao acesso à terra, à água e às políticas públicas. A Sra. Fran Paula também destacou a situação das mulheres negras e indígenas mais expostas ao racismo ambiental no Brasil, e encerrou sua apresentação com a importância da justiça social na busca por soluções ambientais. Enfatizou, ainda, a necessidade de reparação histórica para avançar em direção à democracia alimentar. A Sra. Kota Mulangi, do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), saudou a Mesa e iniciou expressando suas preocupações sobre a insegurança alimentar, destacou a importância dos sistemas alimentares mantidos pela diáspora forçada dos povos originários do continente africano. Mencionou a relevância do Decreto nº 6.040/2007 e a necessidade de escolhas políticas na alimentação. Além disso, enfatizou a importância dos sistemas tradicionais na preservação dos ecossistemas e na produção de alimentos dignos. A Conselheira também abordou questões de racismo e epistemicídio, destacando a necessidade de reconhecimento e respeito pelos conhecimentos tradicionais. Concluiu enfatizando a importância da competência na formulação de políticas e de instâncias como o STF, destacando a necessidade de descolonizar as abordagens em relação ao alimento e aos sistemas alimentares. A Sra. Laura Fernanda Zacher, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, iniciou a fala agradecendo pelo convite. Destacou a importância da nova Diretoria de Promoção dos Direitos Humanos (DDPR), criada como resposta a demandas apresentadas pelos movimentos sociais da população em situação de rua, e do seu comprometimento em participar ativamente das discussões no Consea. Enfatizou a presença permanente do Ministério na busca pelo Direito Humano à Alimentação Adequada, conforme determinado pelo Ministro Silvio Almeida e orientado pelo Presidente Lula. A Sra. Laura Zacher mencionou a participação do Brasil no Comitê

dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) em Genebra, apresentando o Plano Brasil Sem Fome como parte da resposta do país aos desafios apresentados. Elogiou a abordagem inclusiva do Plano, que incorpora discussões sobre desigualdades étnico-raciais e reconhece a interseccionalidade. A Sra. Laura Fernanda Zacher também compartilhou atualizações sobre políticas do Ministério dos Direitos Humanos e abordou questões críticas, como o desmantelamento de programas sociais e suas consequências, especialmente em regiões como o Marajó. Além disso, a Secretária mencionou a atuação do Ministério em ações interministeriais para enfrentar desafios específicos, como a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada no sistema prisional. Também destacou iniciativas como as Caravanas de Direitos Humanos e a importância do Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos. Por fim, ela destacou a criação da Coordenação-Geral da Memória e Verdade da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de pessoas escravizadas, de seu Ministério, ressaltando a importância da justiça de transição e mecanismos de memória para evitar a repetição de situações problemáticas. O Sr. Anderson Lopes Miranda, Coordenador-Geral do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP-Rua), do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, saudou a Mesa e iniciou sua fala abordando a importância de discutir políticas que tratem primeiro da moradia e do alimento, enfatizando que garantir uma casa não é suficiente sem a segurança alimentar. Salientou sua experiência, reportando que, apesar de receber um apartamento do Governo, enfrentou dificuldades devido à falta de itens de eletrodomésticos e comida. Apontou para a necessidade de não apenas fornecer moradia, mas também de garantir itens básicos, como gás e alimentos, para que as pessoas possam ter condições de buscar emprego. Pontuou que a população em situação de rua, composta por 70% de pessoas negras, enfrenta vulnerabilidades e fome, realçando a importância de não aceitar essa situação. O Coordenador ressaltou seu papel no Governo e a pressão que recebe da sociedade civil, comprometendo-se a defender a população em situação de rua. Propôs a implementação de cozinhas solidárias, lavanderias e iniciativas de economia solidária para proporcionar dignidade e inclusão. Ao finalizar, o Sr. Anderson Lopes Miranda parabenizou a Mesa pela discussão e se colocou à disposição na diretoria e no Ministério de Direitos Humanos e Cidadania para contribuir com as políticas necessárias. Iniciou-se então um debate com a participação do Plenário. A Sra. Diracy Betânia Lacerda, representante da CONAB/SUPAB, cumprimentou a todos da Plenária. Destacou a negligência em relação à segurança alimentar, ressaltando que, até o último governo, o tema não recebia a devida atenção, mesmo diante da existência persistente da fome no país. Afirmou que a pandemia trouxe visibilidade a um problema antigo e grave, destacando que muitas pessoas morrem de fome diariamente nas ruas do Brasil. Criticou o descaso em relação à agricultura familiar e à segurança alimentar, considerando urgente a discussão sobre a fome. Ressaltou a falta de garantias na segurança alimentar e questionou como as pessoas poderiam acessar uma alimentação de qualidade. Mencionou sua residência coletiva em Antônio Carlos, onde 18 pessoas vivem coletivamente, cultivando alimentos orgânicos e gerando renda para a população em situação de rua. Finalizou agradecendo a oportunidade de se expressar. A Sra. Maria Alaídes Alves de Souza, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco babaçu (MIQCB), expressou sua alegria por ter a oportunidade de discutir o significado do racismo nas vidas das quebradeiras de coco babaçu e de diversas comunidades tradicionais. A Sra. Maria Alaídes agradeceu especialmente pelas falas

verdadeiras e representativas apresentadas na Mesa, destacando a importância de compreender o racismo ambiental, cultural e estrutural. Ao mencionar tristes episódios, como a morte de uma quebradeira de coco debaixo de uma palmeira empurrada por um trator, ressaltou a necessidade de enfrentar essas situações que muitas vezes passam despercebidas. A Conselheira relacionou sua experiência desde a década de 1960 nos movimentos sociais e na Pastoral da Criança, agradecendo pela oportunidade de diálogo com convidados que trabalham com comunidades tradicionais, contribuindo para fortalecer a atuação nos municípios. Concluiu enfatizando a importância de sensibilizar prefeitos e fortalecer a atuação nos municípios para trazer mudanças efetivas a partir da base. A Sra. Vanessa Schottz, do FBSSAN, da CP3 (Produção, abastecimento e alimentação adequada e saudável), destacou a importância histórica da Plenária enfatizando o compromisso do Consea em adotar uma pauta antirracista para analisar políticas públicas e identificar mecanismos de racismo institucional presentes nesses instrumentos cotidianos. Propôs que as Comissões Permanentes (CPs) realizem o exercício de examinar as políticas e os programas que acompanham, identificando mecanismos que produzem racismo institucional. A Conselheira enfatizou que esse exercício deve ser contínuo e deu um exemplo prático de racismo institucional ocorrido em comunidades quilombolas no norte do Espírito Santo. Por fim, a Sra. Vanessa Schottz enfatizou a importância de olhar para as políticas públicas, de identificar mecanismos escondidos de racismo institucional e de propor ações para enfrentar e qualificar essas políticas, tornando-as verdadeiramente antirracistas e acessíveis aos sujeitos de direito. O Sr. Jean Pierre Tertuliano Câmara, Coordenador da Comissão de Presidentes de Conselhos Estaduais/Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional (CPCE), iniciou parabenizando a Mesa pela excelência e ressaltou o legado que ela representa para o Consea. Enfatizou a importância de dar visibilidade e acesso às representações da diversidade nos Conseas estaduais, apontando as dificuldades burocráticas impostas pela máquina pública. Destacou a interligação entre as questões de racismo e ambientalismo, afirmando que não há justiça ambiental sem justiça social e vice-versa. Trouxe à tona a preocupação com empresas estrangeiras que atuam na exploração de energia eólica e solar, impactando nas comunidades quilombolas e indígenas no Nordeste do Brasil. Ressaltou os desafios enfrentados por essas comunidades devido à desterritorialização provocada por tais empreendimentos, além de abordar a problemática relacionada às enchentes e seus efeitos nas comunidades, agravando os bolsões de pobreza. O Conselheiro Jean Pierre Câmara também abordou a questão dos "filhos dos ventos", referindo-se aos impactos psicológicos e físicos que as mulheres dessas comunidades enfrentam devido à estrangeirização das terras. Concluiu falando sobre a falta de oportunidades de emprego e renda para a população negra, especialmente as mulheres, e destacou a importância de combater estereótipos e representações inadequadas nas propagandas, incluindo o espaço publicitário no GDF. A Sra. Daniela Frozi, da Rede Evangélica Nacional de Ação Social (RENAS), da CP 4 (Direito Humano à Alimentação Adequada), expressou sua emoção e gratidão por participar da Plenária e está profundamente comprometida com a promoção de políticas públicas antirracistas. A Conselheira elogiou a Mesa e a Comissão que organizou o evento, parabenizando as brilhantes falas que foram apresentadas. Destacou a aprendizagem significativa que teve durante a manhã e expressou sua gratidão por todas as contribuições. A Sra. Daniela Frozi ressaltou a mudança de clima na Plenária e afirmou que, a partir daquele momento, todos os conselheiros e conselheiras levariam consigo o

compromisso e o selo das políticas antirracistas no país. Agradeceu a todos pela oportunidade e pelo aprendizado proporcionado. O Sr. Aleh, Representante da Ocialê, expressou sua gratidão e benção aos mais velhos, especialmente à Conselheira Kota Mulangi. Reconheceu a presença histórica do racismo no Brasil e como a pandemia destacou as disparidades, sensibilizando as pessoas para as questões enfrentadas pela população negra, especialmente em relação à alimentação. Mencionou a importância das mudanças climáticas e como afetam a produção e o acesso aos alimentos, principalmente para a população negra em situação de vulnerabilidade. Abordou o crescimento de desertos e pântanos alimentares, áreas onde o acesso aos alimentos frescos é limitado em comparação aos alimentos ultraprocessados, correlacionando esse fenômeno com o aumento das indústrias alimentícias. Enfatizou a necessidade de combater esses problemas, promovendo feiras agroecológicas e fortalecendo os agricultores locais, muitas vezes pertencentes a grupos tradicionais. Destacou o papel crucial da comunidade acadêmica na promoção de uma nutrição adequada, incentivando a integração de conhecimentos tradicionais das comunidades na abordagem acadêmica para apoiar o protagonismo desses povos. Agradeceu a oportunidade de transmitir sua mensagem e contribuir para o debate sobre segurança alimentar. A Sra. Loiselene Trindade, Diretora-Executiva da Emater/DF, expressou sua participação na discussão sobre políticas públicas. Destacou a importância dos extensionistas que atuam no campo, levando políticas públicas para comunidades rurais, quilombolas e populações em situação vulnerável. Ressaltou a relevância da valorização desses profissionais que desempenham um papel fundamental na implementação de políticas, incluindo compras governamentais, como PAA e PNAE. Compartilhou sua experiência desde 2009 no trabalho com compras governamentais, enfatizando os desafios na introdução de alimentos regionais nas escolas. Destacou os embates e esforços necessários para sensibilizar educadores e merendeiras sobre a importância dessas práticas. Expressou sua felicidade em participar do evento, ressaltando a significativa aprendizagem sobre a relevância coletiva no contexto das políticas públicas. Agradeceu a todos os presentes e parabenizou pela realização do evento. A Sra. Carmen Helena Ferreira Foro, Secretária Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política, do Ministério das Mulheres, agradeceu pela participação e parabenizou o Consea pela capacidade de formular, refletir e construir caminhos importantes historicamente. Destacou sua identidade como agricultora familiar ao lado de comunidades quilombolas e ribeirinhas, ressaltando a importância do debate sobre o tema. Mesmo fazendo parte do Governo, enfatizou que não perdeu sua capacidade crítica e instigou seus colegas de Governo a se esforçarem ainda mais para fornecer respostas concretas aos problemas históricos relacionados ao racismo. A Sra. Carmen Foro mencionou as contradições do Governo e levantou questões sobre como lidar com projetos como a Hidrovia Araguaia-Tocantins, destacando os impactos nas comunidades quilombolas, ribeirinhas e de pescadores. Encerrou ressaltando que a questão do racismo não é apenas responsabilidade do Ministério da Igualdade Racial, mas uma responsabilidade de todo o projeto político do país. Chamou a atenção para a responsabilidade que todos têm enquanto parte do Governo e agradeceu a oportunidade de participar do debate. A Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do Consea, agradeceu à Plenária pelo sucesso do processo da reunião. Mencionou que a reinstalação do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania no Sisan é uma decisão transitória, visando agilizar o retorno do Consea e da Caisan, uma vez que os ministérios

foram criados no atual mandato. A Presidenta do Consea destacou que essa situação será revista após a 6ª CNSAN. A Sra. Elisabetta Recine esclareceu que essa decisão foi tomada para facilitar o retorno ágil do Conselho e que a participação desses ministérios nas discussões é igualmente valiosa. Agradeceu novamente e informou que retornaria à Plenária às 13h30 para a próxima Mesa. A Sra. Dinair Pereira Duarte Furtado, Presidente do Consea Estadual de Goiás, integrante da CPCE, expressou sua gratidão pela oportunidade de participar da Mesa. Parabenizou a Presidenta do Consea pelo trabalho e pelo convite aos estados. A Sra. Dinair Furtado destacou a importância da Mesa, especialmente para discutir questões raciais relacionadas à agricultura familiar e ao financiamento. A Conselheira compartilhou uma observação feita durante o Plano Safra e o PAA, mencionando a necessidade de mobilização dos povos quilombolas para garantir o acesso aos financiamentos destinados pelo Governo. A Conselheira ressaltou a importância de organizar o mapeamento nos estados para que todos possam ter igualdade de acesso aos recursos. A Sra. Dinair Furtado também mencionou a questão da agroecologia e expressou sua preocupação com agricultores familiares ligados a essa prática que enfrentam dificuldades ao buscar financiamentos em bancos, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. A Conselheira destacou, ainda, a necessidade de atenção à agroecologia, considerando sua importância para o clima e para a sociedade civil. O Sr. Edgard Moura, da Agentes de Pastoral Negros (APN), resumiu as discussões da Mesa da manhã, destacando várias apresentações e pontos importantes abordados pelos participantes. O Conselheiro mencionou a importância da CP5 na discussão antirracista e ressaltou a proposta de atualização da exposição de 2017 a ser monitorada pela Comissão. Também abordou a necessidade de incluir comunidades tradicionais, como as de matriz africana, dentro da agricultura familiar. O Conselheiro falou sobre a audiência pública do Projeto de Lei do Veneno e convidou a Comissão para participar ativamente. Enfatizou a relevância de disponibilizar materiais, como o livro da Sra. Fran Paula, para a ampla divulgação. Fez uma breve recapitulação das apresentações, mencionando a fala marcante da Sra. Rute Costa sobre o afastamento da cultura alimentar que leva à morte e ressaltou a importância dos sistemas alimentares tradicionais. Por fim, encerrou sua fala dando a palavra a outros membros da Mesa para considerações finais. Participante da Plenária (identidade não registada) agradeceu e enfatizou a importância e o comprometimento dos Conseas estaduais, destacando a necessidade de replicar a discussão e os temas abordados nos estados, além de realçar a relevância de viabilizar a participação efetiva desses grupos. Compartilhou uma reflexão inspiradora sobre Beatriz Nascimento, uma intelectual e pesquisadora quilombola, incentivando todos à leitura de suas obras para melhor compreensão da luta antirracista. Destacou a importância de questionar a narrativa histórica que muitas vezes apaga a verdadeira história da população preta e indígena devido ao racismo. Apontou que, apesar de serem locais de potência e resistência desde o século XVI, os quilombos ainda são erroneamente associados à pobreza devido ao racismo. Propôs uma reflexão sobre os momentos em que a paz quilombola é reproduzida e como se logra promover essa paz diante das adversidades. Expressou a necessidade de construir políticas públicas e ações que respeitem os sistemas alimentares tradicionais e as identidades culturais quilombolas, evitando uma reprodução de modelos que universalizem os territórios. Finalizou agradecendo e colocando-se à disposição para encaminhar o diagnóstico da CONAQ sobre insegurança alimentar, racismo ambiental e acesso a políticas públicas em territórios quilombolas para o Consea e comissões que

debatem o racismo. Outro participante da Plenária expressou sua gratidão pela oportunidade de aprendizado durante o evento. Destacou o trabalho da Rede PENSSAN mencionando a adaptação de pesquisas para povos e comunidades tradicionais por meio de um aplicativo disponível no site da Rede. Informou sobre o desenvolvimento de projetos específicos para povos indígenas e afrodescendentes na periferia de São Paulo e a população LGBTQIA+, permitindo diagnósticos mais focalizados em grupos vulneráveis. Finalizou mencionando o livro "Torto Arado", de Itamar Júnior, e expressou a esperança de superar as desigualdades existentes no país. No Plenário, destacaram a importância de buscar na tradição mais antiga quando uma sociedade enfrenta problemas, citando a referência de Fidel Castro, bem como enfatizaram a relevância das tradições dos povos originários das Américas e africanos na construção de soluções. Mencionou-se a tradição de matriz africana enfatizando a não violência e a sacralidade das águas. Expressou-se posições contra o racismo ambiental, defendendo a demarcação de terras. Abordou-se a importância da alimentação tradicional para a saúde das crianças e mulheres. Agradeceram pela oportunidade de compartilhar o espaço e encorajaram os presentes a assumirem posições comprometidas na luta antirracista. No período da tarde, a Presidenta do Consea saudou a todos e iniciou a Plenária com o pronunciamento do Secretário do MDS, Sr. Osmar Ribeiro de Almeida Júnior. O Secretário, em nome do Ministro Wellington Dias, expressou a impossibilidade de o Ministro participar presencialmente devido a compromisso relacionado a um seminário sobre o Bolsa Família. Anunciou a assinatura de um termo de cooperação entre os ministérios visando o desenvolvimento do Plano Nacional de Combate à Fome, chamado Brasil Sem Fome. Disse que o foco no enfrentamento da fome se dá especialmente entre aqueles afetados pela discriminação histórica, com destaque para a população negra. O Secretário agradeceu pela oportunidade de fazer o anúncio e enfatizou o compromisso do Governo em monitorar e implementar ações direcionadas para superar o desafio da fome no Brasil. A Secretária-Executiva da SG/PR, Sra. Kelli Cristine de Oliveira Mafort, expressou entusiasmo pelo passo importante na concretização do Plano Brasil Sem Fome. Destacou a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre os Ministérios da Igualdade Racial e o MDS como fundamental para garantir a transversalidade da questão racial no Plano. Afirmou que o Consea é o espaço ideal para assegurar essa transversalidade e enfatizou a importância de explicitar as desigualdades enfrentadas pela população negra no combate à fome. Informou que o ACT representa um comprometimento especial, marcando uma reparação histórica e buscando avançar contra as desigualdades no país. A Secretaria-Executiva da SG/PR se comprometeu a integrar a voz da sociedade civil e dos movimentos na implementação do ACT, especialmente na promoção da participação social. Agradeceu o protagonismo dos ministérios envolvidos para alcançar um Brasil sem fome e sem racismo. A Sra. Eliane Dias, Chefe de Gabinete da Ministra de Estado da Igualdade Racial, reforçou o compromisso do Ministério da Igualdade Racial no enfrentamento ao racismo, destacando a importância da parceria e da transversalidade nas ações entre os ministérios. A Sra. Eliane Dias ressaltou os avanços conquistados nos nove meses de Governo e as construções feitas para os povos quilombolas, população negra, povos ciganos e populações de terreiro. Comentou que a assinatura do termo de parceria representa um passo significativo para enfrentar os desafios que persistem para a população negra no Brasil. Convidou a sociedade, coletivos, organizações e membros do Consea a se aproximarem do Ministério da Igualdade Racial, enfatizando o orgulho

de ter o primeiro Ministério da Igualdade Racial após tantos anos. Agradeceu a todos os envolvidos na parceria e desejou bons trabalhos para todos**. Ponto de Pauta: Racismo(s) no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan): desafios e perspectivas para um Sisan antirracista**. A Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do Consea, compôs a Mesa do período da tarde. O Sr. Edgar Moura Amaral destacou a importância de dar continuidade à discussão sobre o racismo estrutural na Mesa da tarde e ressaltou a necessidade de enfrentar o racismo estrutural de maneira sábia para superar as desigualdades que afetam a população negra e as comunidades tradicionais. Ressaltou que o Consea busca incluir também pessoas LGBTQIAP+ e imigrantes, tirando esses grupos da invisibilidade e promovendo a visibilidade. Pontuou a importância de compreender a branquitude e os privilégios para avançar na pauta antirracista. Discutiu como o racismo estrutural está vinculado ao processo de colonização, e também como as políticas públicas impactam na população negra, evidenciando a importância das ações afirmativas. O Conselheiro abordou a relevância das cotas e das ações afirmativas na educação superior, considerando a disputa desigual por espaços nas universidades públicas. Mencionou a invisibilidade da contribuição da população negra nas políticas sociais ao longo da história, como nas ações de cotização para comprar alforria. Encerrando sua fala, destacou que o tema do antirracismo permanece central nas discussões do Consea, representando um desafio contínuo para combater o racismo estrutural e alcançar uma democracia plena no Brasil. O Sr. José Henriques Jr., Coordenador da Rede Brasileira de Economistas Pretas e Pretos, abordou a conjuntura econômica e orçamentária no contexto atual do Brasil, especialmente focando em programas e ações relacionadas à segurança alimentar, combate à fome e igualdade racial. Destacou alguns programas presentes na Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o ano seguinte, e destacou alguns pontos, como a Conjuntura Econômica e Desafios Orçamentários, com ênfase no cenário macroeconômico, mencionando a aprovação do teto de gastos em 2016, os impactos da pandemia em 2020 e a reestruturação do governo em 2023. Observou a importância da aprovação da PEC da Transição para evitar problemas como um possível *shutdown* do Governo; Programas e Ações Orçamentárias, com destaque para os programas presentes na PLOA, incluindo o Programa Nacional de Segurança Alimentar, assistência e combate à fome, Bolsa Família, Auxílio Gás, Programa de Aquisição de Alimentos, PAC, entre outros. Tratou da Transversalidade e Desafios na Execução Orçamentária, demonstrando a importância da transversalidade na alocação de recursos e destacando a dificuldade de implementar políticas públicas eficazes com orçamentos limitados. A transversalidade foi mencionada como uma estratégia para reduzir desigualdades raciais e sociais; Prioridades e Desigualdades nos Orçamentos: Destaca a discrepância nos orçamentos de diferentes pastas ministeriais, destacando o baixo orçamento do Ministério da Igualdade Racial em comparação com outras áreas, como o Sistema Único de Saúde (SUS). Enfatizou a necessidade de pressão e acompanhamento detalhado para evitar contingenciamentos e garantir a execução adequada dos programas. Concluiu seu discurso reforçando a importância de monitorar as execuções orçamentárias, principalmente no contexto de ações voltadas para a segurança alimentar, combate à fome e igualdade racial, e se colocou à disposição para responder a eventuais perguntas. O Sr. Douglas Belchior, da Coalizão Negra Por Direitos, agradeceu o convite e destacou a desconfiança histórica em relação às iniciativas despolitizadas de entrega de alimentos nas periferias. Discutiu a mudança de dinâmica durante a pandemia, quando seu movimento se envolveu no

combate à fome. Enfatizou a importância de questionar o papel da Sociedade Civil e dos Conselhos diante de um governo popular, analisando as contradições e desafios enfrentados, especialmente na atual conjuntura. Apontou para a necessidade de políticas transversais que abordem as questões da fome no Brasil de maneira mais profunda. Criticou a desigualdade racial e mencionou a importância de enfrentar o racismo estrutural, destacando que a sociedade deve manter uma postura crítica e exigente diante do Governo. Concluiu ressaltando a importância de radicalizar a agenda, instigando os conselheiros a pressionarem por políticas mais eficazes e estruturadas. O Sr. Douglas Belchior propôs iniciativas práticas, como a instalação de hortas comunitárias, e enfatizou a necessidade de inteligência instrumental para enfrentar os desafios sociais, visando obter ganhos políticos significativos no futuro. O Sr. Ronaldo dos Santos, Secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos (SGPT), do Ministério da Igualdade Racial, representando a Ministra Anielle Franco, expressou satisfação em participar da Reunião Plenária do Consea. Destacou a importância do Conselho na luta contra a pobreza, a fome e a insegurança alimentar. Mencionou o desmonte do Consea em períodos anteriores e ressaltou a relevância de seu retorno. Saudou os presentes que compõem a Mesa e a todos os participantes, destacando a presença de autoridades como a Sra. Valéria Burity, Secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome. O Secretário Ronaldo dos Santos abordou o compromisso do Governo em enfrentar a fome e o racismo como projetos políticos interligados. Comentou sobre a cooperação técnica entre os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Igualdade Racial, visando abordar o recorte racial no enfrentamento à fome. Falou sobre a Agenda Nacional de Titulação para comunidades quilombolas, enfatizando a importância de políticas que vão além da segurança jurídica proporcionada pelos títulos. Destacou a criação da Política de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e a discussão de um Fundo quilombola de justiça climática. Abordou a necessidade de políticas específicas para comunidades de matriz africana e de terreiro, incluindo o enfrentamento ao racismo religioso. Sublinhou a importância de um Estado mais presente, contrastando com ideias de Estado mínimo. Por fim, reiterou o compromisso do Ministério da Igualdade Racial e do Governo Lula na construção de políticas públicas sólidas e perenes, visando garantir direitos e promover uma vida digna para todos. Anunciou sua saída antecipada, mas agradeceu pela oportunidade de participar e rever colegas na reunião. O Sr. Danyel Iório de Lima, Subsecretário de Programas Sociais, Áreas Transversais e Multissetoriais e Participação Social, do Ministério do Planejamento e Orçamento, saudou a todos presentes e à Mesa e apresentou resultados dos produtos do Ministério do Planejamento e Orçamento relacionados ao combate à fome, igualdade racial e racismo. Destacou a reconstrução do planejamento nacional, anteriormente carente de abordagem em questões importantes, agora ampliado para incluir temas como igualdade racial, sustentabilidade, participação social, entre outros. Trouxe a visão de futuro delineada que envolve um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todos vivam com qualidade, dignidade e respeito à diversidade. Ressaltou que o planejamento se baseia em valores como democracia, diversidade, justiça social, sustentabilidade ambiental, participação social, atuação colaborativa, responsabilidade fiscal e social, e excelência na gestão. Falou das camadas estratégicas e táticas, sendo estas últimas divididas em três eixos: movimento social, movimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática, e defesa da

democracia e reconstrução do Estado e da soberania. Destacou a igualdade racial como um dos objetivos estratégicos, abordando o combate ao racismo e promoção da igualdade racial de forma estruturante e transversal. Apresentou agendas prioritárias e transversais, sendo as últimas relacionadas a públicos específicos e questões ambientais. Na intersecção entre as agendas de combate à fome e igualdade racial, destacou programas como Brasil Sem Fome, Educação Básica, Direitos Humanos e Cidadania de Crianças e Adolescentes, Bolsa Família, abastecimento e soberania alimentar, entre outros. Mostrou a amplitude da construção do Plano Plurianual, incluindo diversos ministérios e programas. Além disso, ressaltou a participação social significativa no processo de construção do Plano, com organizações da sociedade civil contribuindo através do aplicativo. Finalizou informando que o conteúdo apresentado faz parte do Projeto de Lei do PPA, atualmente em avaliação no Congresso Nacional, e que a Camada Gerencial será disponibilizada ao público posteriormente. Destacou a importância contínua da participação social no processo. Deste modo, passou-se ao debate com a participação do Plenário. A Sra. Mariana Santarelli, da Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas - FIAN Brasil, da CP 1 (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Monitoramento e Agenda Internacional de SAN), cumprimentou a todos os presentes e fez uma correção em relação à informação mencionada anteriormente sobre a participação de negros no Consea, destacando que outros companheiros negros participam desde 2003. Ressaltou que a luta não é contra os brancos, mas sim contra o racismo, apontando a conexão do racismo com o imperialismo norte-americano e o capitalismo. Alertou para a manipulação que busca manter divisões entre as pessoas e fortalecer o lado explorador. Citou exemplos de figuras usadas para esse propósito, como um deputado federal do Rio de Janeiro, e líderes internacionais. Enfatizou a importância de separar interesses genuínos daqueles que buscam explorar, destacando a necessidade de mudança na correlação de forças. Outro ponto abordado foi o grande montante de dinheiro retirado do país para o capital financeiro internacional, ressaltando a importância de investir no SUS para combater a pandemia. Alertou sobre a política econômica voltada para o capital financeiro internacional, afirmando que a população sofre com isso, especialmente a comunidade negra nas periferias. Encerrou destacando a necessidade de unir a nação contra a exploração, miséria, desemprego, fome e morte. Mencionou o papel importante do Consea em impedir que o dinheiro saia do país, defendendo a união de todas as pessoas, independentemente de cor, para defender o país. A Secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome, Sra. Valéria Burity, expressou seu orgulho e destacou a importância dada pelo Presidente à questão das desigualdades como um desafio fundamental para mudar a realidade e a sociedade. Reconheceu a experiência exaustiva, porém extraordinária, de enfrentar uma cultura escravocrata e patriarcal para combater o racismo. Mencionou estratégias adotadas, como o Acordo de Cooperação entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o MDS, que busca direcionar ações para atingir mulheres negras. Abordou o desafio do Plano Brasil Sem Fome em alcançar os públicos mais afetados pela insegurança alimentar, especialmente a população negra. A Secretária Extraordinária ressaltou o papel do Consea na disputa de projetos e no fortalecimento das políticas públicas, destacando a necessidade de monitorar e identificar como essas políticas chegam à população. Abordou desafios específicos, como a fome nas cidades, defendendo o redesenho de políticas públicas para atender a essa demanda. Também mencionou a construção de um protocolo entre o SUS, o Sisan

e o SUAS, para incluir pessoas afetadas pela fome em ações de combate à fome. Por fim, a Secretária Valéria Burity destacou a ausência de menção a uma política do Ministério da Justiça voltada para a população em privação de liberdade, que envolverá o Consea e o Conselho de Direitos Humanos em sua construção. A Sra. Débora Rodrigues da Silva, do Consea Estadual da Bahia, integrante da CPCE, cumprimentou a Mesa e expressou seu comprometimento com a importância do momento para abordar as questões cruciais relacionadas ao combate à fome e à desigualdade. Destacou as palavras anteriores sobre a presença do inimigo dentro da sociedade, referindo-se ao silêncio diante do massacre da população negra, jovem e de mulheres. Reforçou a ideia de que o racismo e o sexismo são ferramentas do modelo capitalista que contribuem para a estrutura da desigualdade e a consequente fome. Mencionou um momento anterior em setembro, durante o Fórum Interconselhos, onde foi aprovada uma moção para disputar com a pauta racial o orçamento público. Destacou a importância de incluir a pauta racial como prioridade no Plano Plurianual para fortalecer as políticas de enfrentamento ao racismo com recursos. Ressaltou a necessidade de diálogo entre os Conselhos e a intersetorialidade, buscando parcerias estratégicas com movimentos que tenham outras pautas. Concluiu enfatizando a importância de unir esforços no enfrentamento ao racismo. A Sra. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso, da Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN), expressou, inicialmente, sua decisão de permanecer no local, destacando sua recente viagem e a fadiga que quase a impediu de comparecer. Contudo, ao chegar e participar, compreendeu a importância de sua presença. Compartilhou sua experiência com a pauta racial, que entrou em sua vida há oito anos no Consea Estadual da Paraíba. A Sra. Vanille Pessoa ressaltou que, por vezes, as discussões sobre racialidade podem parecer óbvias para quem está imerso nesses espaços, mas isso não é universal. A Conselheira mencionou o aprendizado sobre o papel da branquitude a partir da fala do Conselheiro Edgard Moura, onde o Conselheiro reconheceu a importância de não apenas discutir o racismo, mas sobretudo de adotar uma postura antirracista na prática. Expressou gratidão pelas energias renovadas durante a Plenária, reconhecendo a contribuição de diversos participantes, e agradeceu à organização da Plenária do Consea expressando esperança de que as discussões e reflexões se traduzam em práticas efetivas. Encerrou sua fala enfatizando a necessidade de utilizar o conhecimento, a arte e a alimentação como territórios de descolonização. A Sra. Sônia da Costa, Diretora de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva, do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, saudou a todos, relembrou sua última participação em 2016 e destacou a recriação da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Desenvolvimento Social, que havia sido extinta em 2019. Expressou satisfação ao ver a construção autônoma da Rede PENSSAN, ressaltando o compromisso do ministério em fortalecer a pesquisa. A Diretora Sônia da Costa mencionou o compromisso da Secretaria com a segurança alimentar alinhada às questões dos povos tradicionais e das comunidades indígenas. Anunciou a intenção de repensar formas de publicação de editais e avaliação de projetos, convidando pesquisadores para discutir mudanças. Destacou a nova abordagem nos próximos editais, promovendo a participação conjunta e a construção de redes sociotécnicas nas áreas de agroecologia e semiárido. O Sr. Carlos Cavalcanti, do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), cumprimentou a Mesa e expressou sua satisfação com as apresentações realizadas. Referindo-se ao trabalho de Josué de Castro na obra "Geografia da Fome", de 1953, destacou que muitas questões abordadas durante a reunião haviam sido apontadas naquela época. O

Conselheiro Carlos Cavalcante mencionou uma das recomendações de Josué de Castro sobre o fortalecimento do cooperativismo, enfatizou a importância do fortalecimento do cooperativismo e da economia solidária como caminhos para construir uma sociedade democrática socialista baseada na autogestão. Destacou que esse processo não pode ser imposto de cima para baixo, mas deve ser construído a partir do povo. O Conselheiro concordou com a ideia de que as discussões realizadas deveriam se traduzir em educação popular para superar as polaridades na sociedade. Encerrou sua intervenção celebrando uma nova sociedade e a economia solidária. O Sr. Rodrigo dos Santos Nantes, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (ECOSOL), saudou a Mesa e expressou seu reconhecimento de sua própria branquitude, destacando a importância de se unir na luta contra o racismo estrutural. Enfatizou o compromisso com a igualdade e a fraternidade, destacando a necessidade de agir em resposta aos estímulos e aprendizados recebidos durante as discussões. Discutiu a potência da economia solidária como uma prática concreta para enfrentar as desigualdades, mencionando tecnologias sociais como a agroecologia e a permacultura. Ressaltou a importância de transitar para uma nova racionalidade que reconheça a interconexão entre seres humanos e natureza. Enfatizou a necessidade de implementar práticas como bancos comunitários e moedas sociais para promover o desenvolvimento social local. Por fim, o Conselheiro Rodrigo Nantes incentivou os movimentos sociais a continuar tensionando o Governo a incorporar recortes raciais e afirmativos nas políticas públicas de economia solidária. O Sr. Manoel Bueno dos Santos, do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), mais conhecido como Nego da Pesca, destacou a importância das Mesas anteriores e expressou seu aprendizado contínuo, fez uma observação em relação às religiões, enfatizando que a hóstia consagrada não deve ser usada para encher a barriga, mas sim fortalecer os corações e atitudes de respeito. O Conselheiro compartilhou sua satisfação com o Governo, especialmente em relação ao Decreto assinado pelo Presidente Lula em agosto, reconhecendo os pescadores artesanais e implementando programas que fortalecerão a pesca artesanal. Mencionou a criação da Secretaria da Pesca Artesanal e ressaltou os programas no Estado do Espírito Santo, como o Ifes, que recebeu apoio do Ministério da Pesca no Governo anterior de Lula. O Conselheiro Manoel dos Santos expressou otimismo em relação ao fortalecimento do setor pesqueiro no Brasil. A Sra. Antônia Vanderlúcia de Oliveira Simplício, Coordenadora-Geral de Projetos da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, destacou a importância das Mesas anteriores e concordou com seus colegas sobre a necessidade de políticas públicas transversais. Enfatizou a importância de um grande pacto de formação, propondo um movimento de educação popular na base para garantir que as políticas públicas cheguem de maneira compreensível e cidadã às comunidades. A Sra. Vanderlúcia Simplício ressaltou a preocupação com a tradução das reflexões das Mesas para ações concretas na base, propondo programas de agentes populares para discutir questões raciais, desigualdade e combate à fome. Também sugeriu aproveitar as cozinhas solidárias e pequenos empreendimentos de economia solidária como espaços para promover a formação do povo, permitindo que compreendam e lutem por uma sociedade mais justa. A Sra. Kota Mulangi reforçou os pontos discutidos na Mesa da tarde sobre o racismo estrutural nas políticas de enfrentamento à fome e segurança alimentar. Destacou a necessidade de um orçamento estratificado, que indique claramente como as políticas específicas estão sendo aplicadas. Alertou que o racismo é responsabilidade de toda a sociedade e não apenas da negritude, ressaltando a

importância de estudar o privilégio da branquitude. Também mencionou a ligação entre racismo, machismo e capitalismo na manutenção das desigualdades. Concluiu enfatizando a necessidade de achatar a pirâmide social e criar um projeto político diferenciado, envolvendo cooperativismo, economia solidária e uma participação popular efetiva. Participante da Plenária (identidade não registada) expressou agradecimento ao Consea pelo espaço e enfatizou a importância do debate sobre a Reforma Tributária como meio de financiar as propostas discutidas na Plenária. Destacou a necessidade de pressionar e apoiar o Ministro Haddad na aprovação das Reformas, visando manter o arcabouço fiscal. Expressou gratidão a todos que participaram do evento. O Sr. Douglas Belchior, da Coalizão Negra Por Direitos, expressou sua satisfação em participar da Plenária e destacou a importância de reconhecer o acúmulo de experiências e enfrentamentos históricos da população. Ressaltou a necessidade de promover políticas que alcancem diretamente as organizações sociais na ponta, sem intermediários burocráticos, e incentivou a busca por estruturas jurídicas para viabilizar essa abordagem. Além disso, enfatizou a importância de explorar iniciativas como a moeda social e a economia solidária, propondo experimentos em bairros para impulsionar práticas inovadoras. Também destacou a importância de usar as tecnologias para gerenciar recursos públicos de maneira eficiente, fortalecendo o movimento e evitando depender exclusivamente de políticas públicas. Enfatizou a necessidade de capacitar a população para assumir papéis ativos na formulação de leis, na gestão de recursos e na execução de ações, buscando uma participação mais ampla e efetiva. Por fim, agradeceu a oportunidade de participar da Plenária e encorajou a radicalização das práticas construtivas realizadas em conjunto com a comunidade. O Sr. Edgard Moura agradeceu e enfatizou a importância de dar visibilidade à economia solidária, destacando o papel histórico de negros e negras na escravidão e pós-escravidão relacionado a essa forma de organização econômica. Ressaltou a relevância de compreender as raízes sociais da economia solidária, incluindo as práticas de pagamento de alforrias, estivadores, e pontuou a importância do debate antirracista. Mencionou a coalizão negra durante a pandemia, citando as campanhas "Tem Gente Com Fome" e a importância de manter a luta contra o racismo na pauta política. O Conselheiro também ressaltou o papel da CPCE na defesa do Sisan e a necessidade de levar a pauta antirracista para os estados, municípios e Conselhos. O Conselheiro destacou a questão do racismo ambiental, utilizando o exemplo do Quilombo de Alcântara, e ressaltou a importância de combater o racismo institucional, que muitas vezes impede o acesso a políticas públicas. Abordou as dificuldades enfrentadas por comunidades quilombolas e indígenas, evidenciando o racismo ambiental presente nessas realidades. Finalizou destacando a importância da unidade entre diferentes grupos para enfrentar o racismo em suas diversas formas, e falou sobre a necessidade de criar um Consea antirracista, avançando em direção à decolonialidade e ações concretas para enfrentar as estruturas de opressão. O Sr. Danyel Iório de Lima agradeceu a oportunidade de debater temas tão interligados e destacou a disposição do Ministério do Planejamento e Orçamento em subsidiar o debate com os Conselhos e organizações sociais. Ressaltou que a atual gestão tem a preocupação de fornecer informações para enriquecer o diálogo. Explicou que as principais ações do Governo Federal em relação aos temas discutidos estarão contempladas no PPA. Essas ações serão monitoradas anualmente, proporcionando oportunidade para avaliações e contribuições da sociedade. Enfatizou que o PPA não é um plano estático e pode ser revisado anualmente, tornando o debate contínuo e

valioso. Finalmente, mencionou que o PPA ainda está em processo de aprovação no Congresso Nacional, incentivando grupos a pressionarem parlamentares para emendarem o plano e melhorarem as propostas apresentadas. No período da tarde, do dia 27/09/2023, houve a abertura e saudação da Presidenta do Consea, Sra. Elisabetta Recine, que passou a palavra para a Sra. Valéria Burity, Secretária Extraordinária de Combate à Fome do MDS e Secretaria-Executiva da Caisan. **Ponto de Pauta: Implementação e Monitoramento do Plano Brasil Sem Fome**. A Secretária iniciou falando sobre a composição do Comitê Gestor do Plano Brasil Sem Fome, que tem como função regulamentar a gestão, o monitoramento, a participação, e a mobilização no Brasil Sem Fome, definir os mecanismos e os procedimentos de participação, acompanhar e monitorar os programas que compõem o plano, assegurar mecanismos também de controle social e prestar informações ao Consea sobre a execução do Plano Brasil Sem Fome. No decreto, afirmou a Sra. Valéria Burity, o Consea foi firmado como instância que vai realizar o controle do Brasil Sem Fome, por isso é importante que exista um fluxo do Comitê Gestor e o Consea. O Plano Brasil Sem Fome possui três metas, que são: (i) tirar o Brasil do mapa da fome; (ii) reduzir as taxas de pobreza; e (iii) reduzir a insegurança alimentar. Disse que, em algumas reuniões, estão sendo discutidas as ações para o cumprimento dessas metas e os gestores irão encaminhar relatórios para que essas ações sejam acompanhadas. Além disso, informou que seria criado um grupo de trabalho de monitoramento, composto por representantes de cada ministério, Rede PENSSAN, IPA, IBGE e Consea. Comentou sobre o início de um processo de articulação federativa com as caravanas do Brasil Sem Fome, as duas aprovadas na região norte e na região nordeste, que são as regiões com maior prevalência de insegurança alimentar e nutricional. Colocou que o Consea fez uma reunião com a sociedade civil do Pará para discutir propostas para a caravana do Pará, que deverá integrar as ações do Governo Federal, do Governo Estadual, Municipal e da Sociedade Civil, para a redução da pobreza, garantia de promoção da segurança alimentar e nutricional, e a erradicação da fome. **Ponto de Pauta: Devolutiva e encaminhamentos das CPs, CPCE e GTs**. A Sra. Inês Rugani, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), da CP 2 (Ambientes Alimentares e Nutrição), comentou que a discussão trouxe a importância de abordar raça e gênero de forma conjunta, questões relacionadas ao aleitamento e alimentação complementar, cuidado alimentar, e a falta de valorização das formas ancestrais de alimentação em Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) precisam ser discutidas. Em ambientes alimentares como periferias, desertos e pântanos alimentares, o tema do racismo é frequentemente invisível. Comentou que a representação da sociedade civil em espaços que discutem a agenda regulatória, normas e elaboração de políticas é carente de diversidade, contribuindo para a falta de abordagem adequada dessas questões. Trouxe que o racismo no cuidado em saúde também é um ponto de destaque, assim como a necessidade de aprimorar o guia alimentar para atender plenamente à população brasileira. Complementou que a falta de diversidade nos entornos escolares é discutida, argumentando que a regulação pode influenciar positivamente nesse aspecto. Para a Conselheira, a sindemia global afeta de forma desproporcional a população negra e os povos indígenas, destacando a disparidade no acesso à educação infantil em regiões mais vulneráveis. Quanto às estratégias e aos mecanismos para o enfrentamento do racismo nos programas e políticas, de forma a assegurar a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da população negra, a desconstrução do racismo envolve várias camadas, sendo o primeiro

passo o reconhecimento de sua existência, assevera a Conselheira. Na busca por uma abordagem mais inclusiva, expôs que a Educação Permanente propõe novas formas de incorporar a discussão do racismo às atividades já desenvolvidas. Comentou que o Ministério da Saúde está reestruturando a Coordenação de Atenção da População Negra (CAPN), integrando-a ao Departamento de Promoção da Saúde (DEPROS). A Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN) tem estado em diálogo com o CulinAfro (UFRJ) para complementar o guia, destacando a valorização da comida de matriz africana e a ancestralidade. Afirmou que há esforços em curso para aprimorar a abordagem sobre raça/etnia, racismo e interseccionalidade em ações de monitoramento e vigilância alimentar e nutricional, saúde e insegurança alimentar; e que a proposta é ampliar a cobertura da educação infantil, com prioridade para famílias negras. Apontou que a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nas Cidades visa enfrentar desafios em desertos e pântanos alimentares, com prioridades definidas para periferias, mulheres negras, Norte e Nordeste. Disse ainda que o fortalecimento de cozinhas solidárias, articuladas com a educação popular, é uma das estratégias, assim como a intensificação da abordagem do racismo nos sistemas públicos. A Sra. Vanessa Schottz, Coordenadora da CP3, relatou que, durante a reunião da CP3, discutiram os desafios relacionados aos projetos de lei sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em tramitação no Congresso Nacional. Destacou a preocupação com propostas que podem alterar a lógica do programa. Como estratégias, mencionou a participação em uma audiência pública organizada pelo Observatório da Alimentação Escolar e a realização de uma oficina para aprofundar a análise de alguns projetos de lei. Além disso, informou que a CP3 abordou a construção da Política Nacional de Abastecimento Alimentar, com destaque para a necessidade de enfrentar o racismo institucional e ambiental. A Sra. Vanessa Schottz apresentou uma recomendação direcionada à Caisan, ao MDA e à Conab, enfatizando a importância de uma política intersetorial e interfederativa. Apontou que a proposta incluiu princípios e diretrizes, como o fortalecimento do papel regulador do Estado, a promoção da agroecologia e a mitigação das mudanças climáticas. Disse que a CP3 também planeja organizar uma oficina em colaboração com outras CPs para avançar na construção da política. Por fim, informou que foram levantadas questões a serem aprofundadas, como a definição de competências e a construção de instrumentos operacionais para a política de abastecimento alimentar. O Sr. Edgard Moura, Coordenador da CP5, comentou que a pauta da CP5 foi dirigida ao monitoramento das agendas da CP, e teve como encaminhamento: Enfrentamento às diferentes formas de racismo (estrutural, institucional, ambiental); Combate à insegurança alimentar e nutricional e incentivo à implementação das hortas urbanas e periurbanas (MDA); Combate à violência (alimentar, policial, de gênero; obstétrica, política) contra a população negra urbana, assentada e em luta pela titularidade dos territórios negros e sua diversidade (MIR/MDH); Monitoramento e aprimoramento das políticas públicas para atenção à população negra, com prioridade para a questão da segurança pública; da saúde das mulheres negras (MIR/MM/MS); da alimentação escolar (FNDE/PMA); Troca de saberes sobre a múltipla carga da má nutrição ao nível internacional (com destaque sobre o respeito à cultura e ao caráter étnico de saúde da população negra) (PMA/MIR/MM/MS). Quanto à segunda pauta, colocou que foi feita uma discussão sobre a Plenária e teve como encaminhamento a criação de um grupo de trabalho para atualizar e monitorar a exposição de motivos sobre racismo institucional produzida em

novembro de 2017; convidar para a próxima reunião da CP5 os responsáveis pelo Programa Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Igualdade Racial para trazerem um diagnóstico sobre essa situação, com abordagem da moeda social; verificar se os programas afetos possuem o recorte racial; promover um momento de encontro entre a CP5 e a CP3 para falar sobre abastecimento; recomendar ao Consea a efetivação da proposta da pesquisadora Fran Paula sobre a realização da Audiência Pública "PEC do Veneno". Por fim, quanto a 6ª CNSAN, foi encaminhada a realização de Conferência Livre sobre desigualdade e racismo, promovida pela CP5; Conferência Livre de Segurança Alimentar e Nutricional para a saúde da população, promovida pela Rede AJEUM; e a mobilização dos conselheiros e conselheiras para a participação nos eventos que possibilitarão a participação virtual (UFBA). O Sr. Dourado Tapeba, da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES (APOINME), da CP6 (Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas), iniciou abordando sobre a distribuição de cestas de alimentos que está concentrada em situações emergenciais, decisões judiciais e agravamento da desnutrição. Disse que a Funai sugere a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em locais não emergenciais e que há uma recente Portaria do MDS que incumbiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de identificar questões relacionadas ao INSAN (Instrumento Normativo de Segurança Alimentar e Nutricional). No entanto, disse que há a necessidade de definir fluxos de ação e envolver os gestores municipais. O Conselheiro Dourado fez a proposição de recriar comitês regionais. A Sra. Diracy Betânia Cavalcante Lemos Lacerda, representante da CONAB/SUPAB, observou que o PAA se trata de uma oportunidade para impulsionar mudanças em relação à Agricultura de Desenvolvimento Associado (ADA). O Sr. Alexandre Barcellos, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA/SDI), sugeriu pensar em uma cesta de insumos básicos, pois, no contexto do PAA Indígena, destaca-se a alocação de recursos para a população indígena, tanto da ADA como de projetos aprovados de doação simultânea; e que estratégias dentro do PAA visam garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), incluindo a compra institucional, com um piloto no Rio Negro e em Alagoas. Informou que no MDS tem estado com processo de aquisição de veículos para apoiar na logística do PAA. Complementou que há preocupações com a situação dos indígenas sem documentação, especialmente nas regiões de fronteira, e a Funai pode atuar junto aos cartórios se demandada. No caso dos Yanomami, apontou que há 27.000 cestas armazenadas em setembro sem previsão de entrega. Comentou que o GT Yanomami do Consea será informado sobre a falta de funcionamento. Disse que a FunaI, Conab e MDS estão elaborando uma nota técnica sobre a situação das cestas. Quanto ao racismo e o Sisan, destacou-se a inadequação logística para as populações tradicionais acessarem o PAA. E disse, também, que a falta de acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) apropriada e a ausência de equipamentos públicos prejudicam a comercialização; que a revisão de preços de produtos da PGPMbio e a busca por condições mais justas de produção e consumo também são consideradas. Como encaminhamento da CP6, obteve-se que a Funai, Sesai e outros parceiros podem enviar ofícios para falar das conferências estaduais; que deverá ser feita uma articulação com CONDISI e uma reunião sobre o Encontro com Organizações Nacionais; que o Consea deve oficiar o MPI sobre o interesse em participar do Comitê Gestor da PNGATI, para participar das câmaras temáticas e pautar a SAN; e que deve ser feita uma Recomendação para a Funai sobre a recriação dos Comitês Regionais. A Sra. Kota Mulangi, da CP 7 (Soberania e Segurança

Alimentar e Nutricional de Povos e Comunidades Tradicionais), informou que a CP7 abordou diversos temas relacionados às dificuldades enfrentadas, incluindo desafios na aquisição do CAF devido à organização espacial e burocrático-administrativa. Disse que essas dificuldades são amplamente influenciadas por questões de gênero, geração e raça. Apontou que os pescadores enfrentam problemas com o gov.br, que não fornece acesso a informações e políticas públicas, além de obstáculos em programas sociais como o auxílio natalidade, especialmente pela falta de área de terra. Acrescentou que a chegada dos POTMA nos séculos XVI, XVII, XVIII, com seu sistema de soberania alimentar, levanta questões sobre como esse sistema é mantido hoje, especialmente para aqueles que não viveram essa história. Destacou a atual ameaça à soberania alimentar, pois impede a produção própria de alimentos, e a discriminação vivida pelos POTMA nos territórios locais, pelos governos locais e as barreiras impostas pela vigilância sanitária do Ministério da Agricultura, também mencionadas. Como encaminhamentos, houve a inclusão dos PCTs como prioridade na aquisição dos alimentos do PNAE; uma Recomendação ao Ministério de Cultura quanto às especificidades referentes aos PCTs, no sentido de detalhar, na perspectiva da cultura alimentar, na regulamentação da lei, que os recursos da Lei Aldir Blanc chegue para esses povos, para que os recursos a serem repassados sejam garantidos na ponta, onde a lei e executada; uma Recomendação ao MDS, para que faça um processo de debate e alinhamento que atendam às especificidades dos PCTs, e possam de verdade serem contempladas; uma Recomendação ao BNDES; trazer a pesquisadora cuja pesquisa tratou das condições sanitárias de produção e armazenamento do queijo, na perspectiva da comparação entre produção artesanal e industrial; considerando que o propósito do edital é atender os povos e os produtos da Amazônia, recomendar que o BNDES revisse os critérios e constitua um debate com o Consea; incluir, no edital para áreas desmatadas “onde haja produção de PCTs e sociobiodiversidade”, ou seja, que os critérios sejam inclusivos e com apoio aos meios de transporte. Quanto a 6ª CNSAN, os encaminhamentos foram: (i) solicitar a Caisan respostas quanto ao GT para a Rota do Bode; (ii) solicitar ao GT Internacional convite para três rainhas dos povos originários africanos e representantes internacionais das comunidades tradicionais a saber pescadores internacionais, extrativistas. O Conselheiro Jean Pierre (CPCE), em referência à discussão com a CP1, disse que se concentrou na interação entre as duas comissões para regulamentar organizações da Sociedade Civil envolvidas em ações de segurança alimentar e nutricional para o Sisan. Disse que, durante a reunião, foram exploradas as experiências do SUAS, especialmente em relação à tipificação e regulamentação de entidades privadas. Destacou-se o avanço significativo do SUAS nesse aspecto, visando garantir níveis adequados de organização e interação. Ressaltou a importância de adaptar essas experiências do SUAS à realidade das organizações da Sociedade Civil no contexto do Sisan. Colocou que surgiram inquietações sobre a diversidade de ações em segurança alimentar e nutricional, indo além da oferta de alimentos, abrangendo assessoria, formação, incidência política e proposição relacionada aos Conselhos. Entre as preocupações destacadas estavam o processo de adesão e a comunicação eficaz com os Conselhos, propondo a criação de fluxos, instrumentais e processos para melhorar esse processo em relação ao Sisan. Ficou acordado que a discussão sobre fluxos, o papel dos Conselhos e a caracterização das organizações da Sociedade Civil seria aprimorada. Mencionou a diferença na tipificação das organizações da Sociedade Civil de Segurança Alimentar em comparação com o SUAS e com o SUS. Indicou a necessidade de construir

um documento em colaboração com a CP1, Sesan e CPCE, que abordasse a tipificação das organizações, levantando critérios, incluindo a consideração de conflitos de interesse e critérios de inclusão. **Ponto de Pauta: Informes e encerramento**. Como resultado dos trabalhos dessa sessão plenária, 04 (quatro) recomendações foram lidas, debatidas e aprovadas, a saber: Recomendação nº 14/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a composição da cesta básica nacional de alimentos ser por alimentos in natura ou minimamente processados e ingredientes culinários processados e alimentos processados selecionados, e seja isenta de produtos alimentícios ultraprocessados, conforme preconizado no Guia Alimentar para a População Brasileira, em consonância com os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Recomendação nº 15/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a formulação e implementação de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar; Recomendação nº 16/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a adoção de critérios no Edital do Fundo Amazônia que tem por objetivo "fortalecer a aquisição da produção da agricultura familiar de base sustentável e sociobiodiversa para a alimentação escolar das redes públicas de ensino da Amazônia Legal" que efetivamente incluam os territórios de povos e comunidades tradicionais que manejam produtos da sociobiodiversidade; e, Recomendação nº 18/2023/CONSEA/SG/PR – sobre o empenho na coordenação e mobilização de esforços em apoio ao Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) das Nações Unidas. Ressalva-se que Recomendação de número 17/2023 constará na Ata da 6ª Reunião Plenária Ordinária. Encerrada a 5ª Reunião Plenária Ordinária de 2023, eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARILIA MENDONCA LEAO
Data: 27/12/2024 11:52:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Marília Mendonça Leão
Secretária-Executiva
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Ata aprovada pelo Plenário do Consea de forma assíncrona, em 19 de julho de 2024.